

Mundialização do capital e a *uberização* do mundo do trabalho: breves contributos para reflexão sobre os “estágios” no serviço social

Fabírcia Cristina de Castro Maciel

Carlos Hortmann

Resumo: O longo processo de mundialização do modo de relação social e de produção capital-imperialista, tem apresentado cada vez mais constantes e intensas reestruturações produtivas, a partir do “sistema de acumulação” hegemônico pela financeirização neoliberal. Portanto, a própria divisão internacional do trabalho e suas metamorfoses incidem de forma direta, mas também particular, tanto em Portugal quanto no Brasil, na formação e no exercício profissional das/os assistentes sociais. Isto é, tendo como entendimento teórico e categorial a relação centro-periferia, procuraremos sinalizar as transformações laborais num capitalismo cada vez mais “plataformizado”, com a intensificação da precariedade laboral e do desemprego, em que a conformação da classe trabalhadora se manifesta de diferentes formas no Brasil (periférico e dependente) e em Portugal (semiperiférico) – entendendo as particularidades de cada formação social. Nesse esteio, procuramos marcar como tais transformações do mundo trabalho interferem nas condições da formação, incluindo estágio acadêmico, e as circunstâncias laborais que as/os estudantes são inseridos, bem como as transmutações do estágio nas dinâmicas da precarização e rebaixamento do trabalho.

“O movimento do capital é insaciável.”

Karl Marx

Introdução

Neste capítulo procuramos apresentar, de forma muito sintética, um enquadramento teórico que tange a economia política e a sociologia do trabalho, a sinalizar algumas particularidades do *padrão de reprodução* do capitalismo brasileiro e português na sua fase neoliberal, e, de que forma tal condição influencia e determina a formação e o exercício profissional das/os assistentes sociais, a contribuir com as leituras e interpretações sobre este campo de conhecimento e atividade laboral.

A partir de um entendimento de longa duração histórica, identificamos que a expansão comercial (capitalismo mercantil) e a *questão colonial* são elementos que aproximam, mas também diferenciam a formação econômico-social do Brasil e de Portugal – um na condição de colonizado e outro de império colonizador. Contudo, a partir do século XVIII, no processo de desenvolvimento do *mercado mundial*, o império lusitano torna-se cada vez mais dependente (na prática uma semicolônia) do império colonial inglês. Portanto, é desse ponto que partimos para compreender como os países

supracitados adentraram ao capitalismo industrial e à própria divisão internacional do trabalho – num contexto mais geral e alargado.

Procuramos assim, realizar algumas problematizações a fim de alargarmos a percepção da realidade social, tendo o propósito de enquadramento do serviço social. A existência desta profissão na maioria dos países capitalistas tem sua origem marcada pela necessidade identificada de novas especializações do trabalho num determinado tempo e contexto histórico, cujas características impõem a constituição de respostas sociais institucionalizadas diante das diversas e emergentes manifestações da ‘*questão social*’.

O padrão de reprodução do capitalismo neoliberal na relação centro-periferia

De partida salientamos que o longo processo de expansão e integração do mercado mundial, via *circulação* de mercadorias (inclusivamente o tráfico de pessoas arrancadas do continente Africano e escravizadas) e, posteriormente, da *produção*, apresenta uma contradição estruturante dessas dinâmicas econômicas (LUCÉ, 2018, p. 28). Quer dizer, desde o “exclusivismo comercial” do *antigo sistema colonial*, uma das funções primordiais das colônias era a de fornecer matéria-prima e reserva de valor (ex. ouro) para as metrópoles, cuja expropriação e exploração tem papel decisivo na constituição do capitalismo industrial (NOVAIS, 2018, p. 19–69). Assim, a referida contradição fundante consiste na divisão de “tarefas” que cada “núcleo econômico-espacial” tem desde a colonização até o capitalismo dos nossos dias¹, visto que, por um lado a periferia continua a ser fonte de mercadorias de pouca complexidade produtiva (ou valor agregado) para o centro do sistema, as suas economias são agro-minero-exportadora e subdesenvolvidas. Por outro, importam as mercadorias, serviços e tecnologias produzidas no centro do sistema.

O que queremos enfatizar é que o subdesenvolvimento não é falta de capitalismo, mas uma forma ou tipo de *padrão de reprodução produtiva do capital* na periferia do sistema, com políticas econômicas que direcionam e gerenciam tal padrão. Ressaltamos que o capitalismo é um modo/sistema de relação social e de produção/reprodução “desigual e combinado” desde a sua *protoforma* até a sua consolidação, categorizada como um movimento de *mundialização* do capital:

Esse sistema [mundo] constitui uma unidade heterogênea sob várias perspectivas, sendo que a mais relevante delas se refere à imbricação que estabelece entre núcleos econômico-espaciais, o chamado centro, com a capacidade de se apropriar – mediante diversos

¹ Ruy Mauro Marini (2000), alerta-nos: “[...] a situação colonial não é igual à situação de dependência. Ainda que se dê uma continuidade entre ambas, não são homogêneas; [...]” (MARINI, 2000, p. 109).

mecanismos – de valores produzidos em outras extensões econômico-espaciais, as chamadas periferias ou economias dependentes. Assim, temos um sistema mundial que opera com núcleos de acumulação de valor em contraste com amplos territórios que sofrem de desacumulação (OSORIO, 2012, p. 79–80).

A síntese de Osorio (2012), num alto nível de abstração, nos indica um entendimento de que a *dependência* é uma relação estrutural entre as economias centrais e periférica no sistema mundo. Numa perspectiva de longa duração histórica, como referimos acima, o *centro* do sistema encontra (e continua a encontrar) formas e mecanismos a fim de manter essa relação desigual e de dependência. É nesse ponto que o *imperialismo* emerge enquanto força constitutiva e de subordinação/dominação sob a periferia e semiperiferia, mas também enquanto categoria explicativa dessa fase do capitalismo, assim, como Lênin formula em 1916²:

[...] o imperialismo é o estágio monopolista do capitalismo. [...] por um lado, o capital financeiro é o capital bancário de alguns grandes bancos monopolistas fundido com o capital das associações monopolistas de industriais e, por outro, a partilha do mundo é a transição de uma política colonial que se estendeu sem obstáculos às regiões não apropriadas por nenhuma potência capitalista para uma política colonial de posse monopolista dos territórios da Terra, já inteiramente repartida (LÊNIN, 2021, p. 113–114).

Uma questão fundamental colocada por Lênin: o capitalismo continua sua marcha de expansão (mercados, território, militar e afins) e dominação, contudo, existe uma “particularidade” no novo estágio do sistema – o deslocamento do eixo dinamizador e força motriz da reprodução do capital, da concorrência para o monopólio, porém, a concorrência não desaparece, apenas torna-se um elemento secundário no capital-imperialismo (FONTES, 2010). Ainda, o líder da Revolução de Outubro, evidencia o papel do neocolonialismo ou nova colonização capital-imperialista, na formação e constituição dessa nova fase do capitalismo. Por outras palavras, a relação imbricada e de dominação do centro-imperialista sob a periferia/semiperiferia do sistema mundo é o que um dos fundadores da Teoria Marxista da Dependência (TMD), Ruy Mauro Marini, categorizou como “dialética da dependência” ou o “segredo do intercâmbio desigual” (MARINI, 2000). Isto é, no quadro da mundialização do mercado e do capital que se identifica a interdependência entre o centro e a periferia/semiperiferia, onde a transferência de valor para centro é vital para o avançar do desenvolvimento das forças produtivas (domínio tecnológico), enquanto as economias dependentes (sobre tudo

² “A obra de Lênin, escrita em plena Primeira Guerra Mundial, foi elaborada como um guia para a ação, uma análise concreta de uma situação concreta, uma tentativa de expor as razões pelas quais as lideranças dos partidos socialistas [social-democratas] de massas nos países imperialistas capitularam nas vésperas da guerra mundial” [tradução nossa] (SMITH, 2016).

exportadoras), continuam a existir subordinadas ao sistema capital-imperialista, numa condição de espoliação, pobreza/fome, superexploração da força de trabalho e intensificação da precarização das condições de trabalho etc. Marini (2000) sintetiza que a *dependência* é compreendida como “[...] uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 2000, p. 109).

O cerne do que temos vindo a expor é que, no interior da mundialização do capital e da expansão dos seus mercados, “opera a divisão internacional do trabalho” (MARINI, 2000, p. 119), entre as economias do centro imperialista e desenvolvidas e, as dependentes, semiperiféricas e periféricas, submetidas ao subdesenvolvimento de suas forças produtivas. Sendo um dos eixos fundamentais da dependência, a transferência de valor para o centro do sistema, sustentada na *superexploração da força de trabalho*³. Como essa condição de subordinação se mantém? Seria pela força do Imperialismo? Existe um imperialismo do século XXI? Tais questionamentos derivados da argumentação que temos vindo a expor, nos remetem as formulações de John Smith (2022), visto que para o autor, a mundialização sob neoliberalismo representa uma “nova etapa” do desenvolvimento (reestruturação produtiva) do capital-imperialista.

Nesse esteio, Smith (2022) procura definir o imperialismo, fundamentalmente, “pela sua essência econômica” nos marcos do neoliberalismo ou pós-fordismo (nova etapa imperialista), enfatizando que a superexploração da força de trabalho (“mão-de-obra viva”) nas economias periféricas e dependentes é realizada (também) e apropriada pelos capitalistas e a burguesia do centro do sistema (SMITH, 2022, p. 48). Dessa forma, para Smith (2022) a “globalização⁴ da produção” é a transformação mais substantiva e impactante para os países subdesenvolvidos, bem como para própria *divisão internacional do trabalho*. Com a “emigração da produção” para as periferias, assim como a imigração de trabalhadores/as para economias centrais e semiperiféricas:

³ (Marini, *apud*. Luce, 2018, p. 161), “[...] a superexploração é melhor definida pela maior exploração da força física do trabalhador [sua corporeidade físico-psíquica, M.S.L.] em contraposição à exploração resultante do aumento de sua produtividade, e tende normalmente a se expressar no fato de que a força de trabalho seja remunerada abaixo de seu valor real.”

⁴ Não usamos o termo/expressão “globalização”, visto que tem um sentido ideológico bastante vincado, enquanto justificador e legitimador dos interesses da classe dominante imperialista (HORTMANN, 2022, p. 45–94) – não tem força explicativa ou denotativa. Quer dizer, a ideologia da globalização ganha pujança após o fim da União Soviética, com a vitória do capitalismo e o acelerar da neoliberalização de grande parte do mundo, pois, precisava legitimar a expansão do capital e com ela liquidar a categoria imperialismo, mas principalmente, as forças políticas que se organizavam a partir de uma luta anti-imperialista.

A globalização da produção e a sua mudança para países de baixos salários é a transformação mais significativa e dinâmica da era neoliberal. A sua força motriz fundamental é aquilo a que alguns economistas chamam “traficância laboral global”: os esforços das empresas na Europa, América do Norte e Japão para cortar custos e aumentar os lucros através da substituição da força de trabalho doméstica, de salários mais elevados, por mão-de-obra estrangeira mais barata, conseguida quer através da emigração da produção (deslocalização ou “*outsourcing*”, no sentido aqui utilizado), quer através da imigração de trabalhadores. A redução de tarifas e a remoção de barreiras aos fluxos de capital estimularam a migração da produção para países de baixos salários, mas a militarização das fronteiras e o aumento da xenofobia tiveram o efeito oposto na migração de trabalhadores destes países - não a impedindo totalmente, mas inibindo o seu fluxo e reforçando o estatuto vulnerável e de segunda classe dos migrantes [...] Isto é uma farsa de globalização – um mundo sem fronteiras para tudo e para todos, exceto para as pessoas trabalhadoras. (SMITH, 2022, p. 47)

A formulação de Smith (2022) ao categorizar o “imperialismo no século XXI” nos apresenta os basilares elementos⁵ do atual *padrão de reprodução* do capitalismo no contexto brasileiro e português, respectivamente de economia periférica e semiperiférica, assentados nos marcos do neoliberalismo. Nesse sentido, faz-se imprescindível frisar que o neoliberalismo “não é um slogan” utilizado de luta ou debate político (RODRIGUES, 2022), mas um conjunto de formulações teóricas gestadas na *Sociedade de Mont Pèlerin*; que veem orientando políticas e práticas macroeconômicas aplicadas⁶ por Estados-nacionais (e seus governos) juntamente com instituições supranacionais. Constituindo-se como uma “ofensiva” das classes dominantes sobre aquelas e aqueles que vivem-da-força de trabalho, com uma “*estrutura material de reprodução econômica, social e política*, implicando que o neoliberalismo é o modo de existência do capitalismo contemporâneo ou um sistema de acumulação [itálico nosso]” (SAAD FILHO, 2015, p. 59).

Neste cenário estabelecem-se também padrões de especialização produtiva – sobretudo focado na exportação (OSORIO; FERREIRA; LUCE, 2012), que reconfiguram a composição da classe trabalhadora na divisão internacional e social do trabalho, na categorização de Antunes (2020), constitui-se uma “nova morfologia da classe trabalhadora”, tanto na periferia como no centro e semiperiferia, estes últimos com o fator da força de trabalho imigrante a emergir de forma bastante significativa e decisiva para reprodução do capital⁷.

⁵ No decorrer desta exposição ficará mais evidente o quão relevante são para se entender as particularidades da atividade profissional e do estágio acadêmico, especialmente no caso lusitano.

⁶ Onde *austeridade* (fiscal, monetária e industrial) reina e aparece como à política econômica mais visível, transversal e perigosa para a classe trabalhadora, entretanto, não como algo novo na história do capitalismo, pois, tal política “abriu caminho para o nazifascismo” no século passado (BLYTH, 2020; MATTEI, 2023).

⁷ A estimativa da *World Migration Report* (2020) é que aproximadamente 11% (141 milhões) da população da Europa e dos Estados Unidos da América seja formada por imigrantes, sendo que 75% dela têm entre 20 e 64 anos, portanto, considerados (para o capital) como população ativa e disponível para o trabalho (MCAULIFFE; KHADRIA, 2019, p. 3-4;16-51).

A divisão internacional do trabalho e a intensificação da exploração e precarização

O nosso eixo argumentativo, a partir da crítica economia política, visa apresentar o que entendemos ser a essencialidade histórica que constitui as particularidades da formação social brasileira e portuguesa, mas também no que tange ao *padrão de reprodução* do capital-imperialista sob égide neoliberal – espaço geográfico onde se concentram os estudos e pesquisa deste livro. Pois, assim, temos condições de aprofundar determinadas questões acerca do “mundo do trabalho” na era “informacional-digital” da *Indústria 4.0*, de um ponto de vista das *reestruturações produtivas* do capital; mas também sinalizar, em sentido geral, para algumas singularidades em que se insere o trabalho e a atividade do “estágio” das e dos assistentes sociais no mundo laboral de hoje.

No rol de pistas deixadas por Engels, na sua célebre obra: “*A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*”, percebemos que a *Revolução Industrial* foi peremptória na formação e conformação da classe operária inglesa (HORTMANN, 2021). Portanto, para sociologia do trabalho torna-se um ponto decisivo, visto as sucessivas *revoluções tecnológicas* (Indústria 2.0, 3.0, 4.0) ao longo da história serão fundamentais em cada *reestruturação produtiva*, uma relação indissociável e causal. Pois, esses fenómenos determinam de forma substantiva as configurações e transformações da classe trabalhadora, principalmente, porque temos constatado uma intensificação desses processos de reestruturação produtiva (ALVES, 2007; TONELO, 2020) na fase neoliberal do capital-imperialista. Nos termos de Antunes⁸ (2018): “[...] se intensificou o processo de reestruturação produtiva do capital, levando as empresas a adotar novos padrões organizacionais e tecnológicos, novas formas de organização social do trabalho [...]” (ANTUNES, 2018, p. 149).

Observa-se, nesse esteio, que a cada *reestruturação*, na busca insaciável e sem medida na marcha da acumulação, a burguesia-imperialista procura apresentá-la como se fosse uma grande “novidade” ou “tudo novo” (FILGUEIRAS, 2021). Entretanto, tais transformações fazem parte das dinâmicas do capital e de suas forças produtivas, de modo a impactar e modificar o mundo do trabalho e as morfologias da classe trabalhadora, contudo, “[...] as reiteradas narrativas [ideológicas]⁹ empresarias sobre ‘novidades’ no

⁸ Ricardo Antunes (2023), nos seus últimos escritos tem ido mais longe ao analisar o processo de *desantropomorfização* do trabalho, que “[...] a *subsunção real* que se forja na ciberindústria, que se encontra em *reestruturação produtiva permanente* [...]” (ANTUNES, 2023, p. 37).

⁹ Para Filgueiras (2021) existe quatro justificações ideológicas centrais que procuram legitimar a intensificação dos níveis precarização do mundo do trabalho, enquanto ferramentas de classe: “[...] 1) o

mundo do trabalho buscam legitimar políticas públicas e práticas que destroem direitos e condições dignas de trabalho, ampliando a desigualdade e o desemprego” (FILGUEIRAS, 2021, p. 18).

Nesse quadro mais geral do movimento do capital-neoliberal, atentamos que desde o desenvolvimento da automação à *Indústria 4.0* sucede a massificação do maquinário informacional-digital, incluindo as tecnologias de informação e comunicação (TICs), que têm como consequência a constituição do “novo proletariado da era digital”. Nesse processo notamos, de um lado, o decréscimo constante do número de trabalhadores/as nos setores produtivos (I e II), por outro, verificamos um colossal aumento e alargamento de trabalhadores/as no setor dos serviços – tanto no centro como na periferia do sistema –, onde a dependência das tecnologias informacional-digital, concomitante aos interesses das grandes corporações (*Big Techs*), nos empurram para uma “escravidão digital” (ANTUNES, 2018, p. 35).

Em síntese, desde o processo de apressuramento da terceirização (*outsourcing*) nos primórdios do neoliberalismo até a uberização intensa e pujante do tempo presente – o que Antunes (2023) denomina de “capitalismo de plataforma” – constatamos uma deterioração contínua das condições de trabalho e a *intensificação da exploração da força* de trabalho, nos remetendo às condições dos primórdios do capitalismo industrial do século XIX (ENGELS, 2008; HORTMANN, 2021, p. 49). A título de exemplo para o contexto brasileiro e lusitano, um/a trabalhador/a na condição de *uberizado* não tem qualquer vínculo laboral-contratual, ainda, precisa possuir os equipamentos (“meios”) para efetuar o serviço de transporte (mercadoria ou pessoas), além de fazerem extensas jornadas de trabalho – ultrapassando 12 horas diárias e 6 dias por semana (ANTUNES, 2023, p. 154). Sendo gerenciados (punidos, bloqueados/“demitidos”) por algoritmos dessas grandes empresas de plataforma, como bem caracterizou Loff, Vieira e Guerra (2021): “[...] *o algoritmo é a versão moderna do capataz – só que invisível*” [itálico nosso] (2021, p. 166). Importa referir, também, que durante a pandemia da Covid-19, os capitalistas, utilizaram-na de forma excessiva como um laboratório experimental laboral, visto que o teletrabalho e *home office* foram largamente testados¹⁰ – no curto prazo e na

surgimento de um *novo cenário internacional* e as possibilidades de políticas públicas; 2) as *novas tecnologias* e seus impactos no emprego; 3) a emergência de *novas empresas* e sua consequência para as relações de trabalho; 4) e a necessidade de *novos trabalhadores* para solucionar o problema do desemprego” (FILGUEIRAS, 2021, p. 17; 25–43).

¹⁰ Reforçamos, o distanciamento social era fundamental diante da crise sanitária mundial, mas a classe dominante identificou uma oportunidade única para fazer experimentos.

aparência beneficiando as/os trabalhadoras, contudo, no longo prazo tendo muitos aspectos negativos e contradições (ANTUNES, 2023, p. 29–30).

Qual é o elemento decisivo que leva as/os trabalhadoras/es aceitarem tal condição de exploração e espoliação sub-humanas? Principalmente o desemprego! Que tem abrangido, cada vez mais, grandes massas de trabalhadoras/es. No que tange ao desemprego, salientamos que não é algo novo no capitalismo, ele sempre existiu como elemento disciplinador¹¹ e de rebaixamento de salários. Marx (1867) já categorizou tal fenômeno como “*Produção progressiva de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva [bem como as] diferentes formas de existência da superpopulação relativa*” (MARX, 2017, p. 704–722). Nesse sentido, há 25 anos, Giovanni Alves (1999) argumentava acerca da categoria exército industrial de reserva:

Sob a mundialização do capital, ocorre uma alteração lógico-epistemológica (e ontológica) da categoria [...] capaz de expressar a nova forma de ser do mundo do trabalho sob a nova ofensiva do capital na produção. O que antes poderia ser considerado “trabalhadores assalariados excedentes”, sob a grande indústria, no período histórico de transição para a pós-grande indústria, sob a mundialização do capital, torna-se, por conseguinte, “população trabalhadora excluída” (ALVES, 1999, p. 150–151).

Nesta atual fase da mundialização capitalista em “crise estrutural”, identificamos uma ampliação substantiva do trabalho morto e a diminuição do trabalho vivo, na convergência da Indústria 4.0 e a uberização do mundo do trabalho, o que Ricardo Antunes vai categorizar como: “*uma nova era de desantropomorfização do trabalho*” (ANTUNES, 2023, p. 14; 34–37). O ponto central é: temos aumento qualitativo e quantitativo dessas massas de desempregados, excluídos, desalentados e desamparados. As condições básicas e mínimas de vida (alimentação, moradia, educação) – enfatizamos mínimas – só têm se deteriorado e precarizado. Em oposição, os dez homens mais ricos do mundo, aumentaram o seu capital no ano de 2023 (DAVIES; NEATE, 2023).

A brevíssima análise exposta acima – a partir de um entendimento de *totalidade* e num alto nível de abstração (PAULO NETTO, 2011, p. 44) – tem por objetivo sinalizar que o movimento de expansão, transformação e mundialização do capital-imperialista, a partir da relação centro-periferia, reestrutura também as *novas divisões internacionais do trabalho*, atravessado pela uberização do mundo do trabalho e da vida. Nesse sentido, cabe-nos interrogar: quem são as/os trabalhadoras/es *uberizadas/os* no centro, na semiperiferia e periferia do sistema?

¹¹ Ver: (KALECKI, 2020; TOPOROWSKI, 2023)

Tal questão nos permitiria abrir um leque de análises, comparações e reflexões, porém as limitações editoriais não nos permitem, contudo, entendemos ser necessário sinalizar para uma particularidade do *padrão de reprodução* do capitalismo em Portugal e de toda Europa de um modo geral, ou seja, dos países centrais e os semiperiféricos: *a força de trabalho imigrante*. Sendo uma das expressões da *questão social* mais pronunciada nesse contexto, pois, o trabalho (ou subempregos) que esses imigrantes fazem são os mais precarizados, remanentes etc. O Pietro Basso (2010) descreve para as/os trabalhadoras/es imigrantes que os:

[...] salários são ainda inferiores e, muitas vezes, não são pagos. Com muita frequência, esses trabalhadores recebem menos do que deveriam realmente receber pelo contrato, mesmo porque a qualificação que lhes é atribuída quase nunca corresponde às suas reais competências: isso ocorre muito no caso de pequenas empresas, que são, no final, aquelas que mais recorrem aos imigrantes. A eles cabem, em geral, as tarefas mais duras, perigosas, insalubres: na Itália, por exemplo, segundo os dados oficiais, com os imigrantes há o dobro de acidentes no trabalho em comparação com os nativos (Basso, *apud* ANTUNES, 2018, p. 93).

Compreendemos ser relevante colocar essa questão em perspectiva, visto ser uma questão central nessa “nova divisão internacional do trabalho”, pois no avançar do neoliberalismo verificamos uma alteração nos fluxos migratórios, especialmente, da ida de trabalhadoras/es das periferias (esmagados pela superexploração) para o centro do sistema capital-imperialista. Para termos clareza acerca da dimensão da “questão da imigração”, apresentamos dados comparativos entre os países estudados nessa produção – sabemos os limites desses dados formais e institucionais diante da realidade. O Brasil tem hoje registado apenas 1,2 milhão de imigrantes (representa 0,6% da população total) (CAVALCANTI, 2023), enquanto em Portugal tem aproximadamente 782 mil imigrantes, representando 7,6% da população residente em território lusitano (LOPES; MACHADO, 2023).

Abordaremos a seguir, no que tange a profissão do serviço social e por consequência o próprio estágio acadêmico, como o capital recorre a todos os meios possíveis para rebaixar salários e precarizar as relações de trabalho.

As particularidades da formação e do estágio na divisão social (e internacional) do trabalho

Diante dos elementos expostos de forma abreviada neste capítulo, a ter como fundamento a crítica da economia política (categorias como: formação histórico social, relação centro-periferia, dependência, mundialização e padrão de reprodução etc.) e a

sociologia do trabalho (intensificação da exploração, indústria 4.0, uberização e afins), procuramos contribuir para as análises das expressões contemporâneas do mundo do trabalho e suas especificidades, que rebatem diretamente nas formações profissionais e nas condições de trabalho e sobrevivência da classe trabalhadora.

Nesse sentido, reiteramos que, compreendida as particularidades da *dependência* dos países da semiperiferia e periferia do capitalismo (no caso específico de Portugal e Brasil), as determinações históricas do desenvolvimento (subdesenvolvimento) econômico (e industrial), bem como os diferentes *padrões de reprodução*, os interesses geopolíticos do imperialismo e o papel central do Estado (com suas formas jurídicas e políticas) são as estruturas dinamizadoras dos movimentos de valorização do valor do capital e das relações sociais (OSORIO, 2019). Assim, entendemos, a partir da *totalidade*, que o *estágio* não pode ser percebido isolado do processo de mundialização e da própria educação dentro dos limites do capital, além disso, que, a mercantilização da educação faz parte do processo de acumulação do capitalismo na sua fase neoliberal (ANDRADE, 2022; MACIEL, 2020).

O ponto crucial para nós está na divisão internacional (e social) do trabalho, visto que as formações exigíveis para os padrões de reprodução do capital são ancoradas em estratégias que os Estados-Nação criam para garantir a “*força de trabalho*” compatíveis aos níveis de exploração/superexploração, expropriação e espoliação da classe trabalhadora. No limiar entre a proteção e desproteção social das e dos trabalhadores, também elaboram e implementam respostas sociais para o enfrentamento das contradições entre as classes. Neste campo, atua o Serviço Social.

Portanto, os processos formativos estão submetidos ao contexto das contrarreformas das políticas sociais, cujo exemplo concreto recente materializa-se no Tratado de Bolonha, que se orienta pela flexibilização, aligeiramento e precarização da educação, cumprindo os desígnios da neoliberalização do ensino superior. Articulando os elementos determinantes da lógica do sistema capitalista ao recurso da Educação formal, identificamos a instrumentalização do ensino e da formação em pelo menos dois sentidos: como uma forma de internalização dos princípios e concepções deste sistema para sua reprodução (MÉSZÁROS, 2008)¹²; bem como, uma estratégia de precarização da força-

¹² Uma questão fundamental levantada por Mézáros (2008), acerca da “internalização” exercida pela educação em sentido geral com um dos elementos da manutenção/reprodução do modo produção e social vigente. Pois, garante que “[...] cada indivíduo adote como suas próprias as metas de reprodução objetivamente possíveis do sistema. [...] no sentido verdadeiramente amplo do termo educação, trata-se de uma questão de “internalização” pelos indivíduos [...] da legitimidade da posição que lhes foi atribuída na

de-trabalho manifestada, ao recorrer a um momento fundamental da formação: os estágios acadêmicos, que no caso do serviço social é apreendido como “a síntese entre a teoria e prática” (GUERRA, 2016). Um exemplo disso trata-se da distinção (em Portugal) entre o estágio acadêmico e profissional; e no Brasil, entre estágio curricular e extracurricular. Ou seja, por meio da legitimação do Estado, estabelece-se políticas e legislações (ou ausência destas)¹³ que gerenciam e sustentam formalmente tais condições. O que estamos a enfatizar é o modo como o capital se apropria de um elemento importante da formação para intensificar a exploração.

[...] o estágio supervisionado tem sofrido os impactos do mundo do trabalho, tanto no âmbito das unidades de formação acadêmicas quanto nos espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais. Estes impactos decorrem da expansão, privatização e precarização do ensino superior, expressos por uma série de medidas e políticas que versam sobre os interesses do mercado, visando ao lucro e não a uma formação crítica de qualidade, descaracterizando-a como direito e transformando-a em mercadoria. Identificou-se que esses conflitos nos campos de estágio expressam-se por fragilização dos contratos de trabalho, baixos salários, aumento expressivo de demandas – gerando multifuncionalidade de atividades –, requisição de índices de produtividade e falta de reconhecimento da importância da supervisão de estágio pelas instituições contratantes (LOPES; LEWGOY, 2022, p. 94–95).

Propomos uma reflexão final, ao indagar: Qual o papel dos estágios, enquanto uma ação formativa, na dinâmica de reprodução do capital? O “dever ser” sobre a importância e significado dos estágios acadêmicos (e da supervisão) tem sido vastamente trabalhado na literatura do serviço social, apoiado em análises de conjuntura bem fundamentadas, principalmente no caso brasileiro. Cabe-nos também problematizar, com mais profundidade, sobre a forma como são organizados os cursos (e os estudantes) para que o estágio não seja mais um dos elementos para rebaixamento das condições de precarização da força de trabalho.

O autor do livro “*Educação para além do capital*” escreveu que: “as soluções não podem ser apenas formais: elas devem ser essenciais” (MÉSZÁROS, 2008, p. 35). Esse é um entendimento formidável perante a conjuntura que estamos a viver na atual fase do

hierarquia social [...] Enquanto a *internalização* conseguir fazer o seu bom trabalho, assegurando os parâmetros reprodutivos gerais do sistema do capital, a brutalidade e a violência podem ser relegadas a um segundo plano (MÉSZÁROS, 2008, p. 44).

¹³ No Brasil, o estágio acadêmico é regulamentado pela Lei 11.788/2008, definido como “[...] ato educativo escolar supervisionado” (BRASIL, 2008). Especificamente no Serviço Social, a Lei 8.662/93 regulamenta a profissão e versa sobre a importância da supervisão de estágio; também há outras indicações que orientam o estágio e a sua supervisão, como a Resolução 533/2008 e a Política Nacional de Estágio.

Em Portugal não identificamos legislação específica para os estágios acadêmicos. Há o Decreto-Lei nº66/2011 que estabelece regras para os estágios profissionais extracurriculares; bem como observamos a existência, Regulamento nº 502/2002 que dispõe sobre Estágios Curriculares e extracurriculares no Instituto Nacional de Administração.

capitalismo-neoliberal, pois, devemos/podemos lutar para ter a melhor educação e legislação para os estágios acadêmicos nesse contexto, contudo, sem perdermos de vista ou nos enganarmos com os limites da sociabilidade em que vivemos. Porque só com a superação do capitalismo enquanto um modo de relação social teremos uma educação emancipadora para classe-que-vive-do-trabalho. Pois, como procuramos expor, leis a realidade e a materialidade, o “capital é insaciável” pela sua essência histórica (MARX, 1996, p. 272).

Bibliografia

- ALVES, G. **Trabalho e Mundialização do Capital - A nova degradação do trabalho na era da globalização**. 2. ed. Londrina: Práxis, 1999.
- ALVES, G. **Dimensões Da Reestruturação Produtiva: Ensaio De Sociologia Do Trabalho**. 2. ed. Londrina: Práxis, 2007.
- ANDRADE, C. **A ofensiva burguesa na educação: do enfrentamento à implementação do projeto empresarial pelo PT**. Marília, SP: Lutas anticapital, 2022.
- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ANTUNES, R. (ED.). **Icebergs à deriva: O trabalho nas plataformas digitais**. São Paulo: Boitempo, 2023.
- BLYTH, M. **Austeridade: a história de uma ideia perigosa**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.
- CAVALCANTI, L. **Relatório Anual OBMigra 2023 - OBMigra 10 anos: Pesquisa, Dados e Contribuições para Políticas**: OBMigra. Brasília: Observatório das Migrações Internacionais, 2023. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMIGRA_2023/Relat%C3%B3rio%20Anual/RELAT%C3%93RIO%20ANUAL%2005.12%20-%20final.pdf>. Acesso em: 3 out. 2023.
- DAVIES, R.; NEATE, R. Musk, Zuckerberg and most of rest of the world’s richest got richer in 2023. **The Guardian**, 27 dez. 2023.
- ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução: B. A Schumann. São Paulo: Boitempo, 2008.
- FILGUEIRAS, V. A. **“É tudo novo”, de novo: as narrativas sobre grandes mudanças no mundo do trabalho como ferramenta do capital**. 1ª ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2021.
- FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.
- GUERRA, Y. O estágio supervisionado como espaço de síntese da unidade dialética entre teoria e prática: o perfil do profissional em disputa. Em: SANTOS, C. M. DOS; LEWGOY, A.; ABREU, M. H. (Eds.). **A supervisão de estágio em serviço social: aprendizados, processos e desafios**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2016. p. 101–124.
- HORTMANN, C. O legado e atualidade da obra A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. **Vértice**, II. n. 198, p. 40–50, mar. 2021.
- HORTMANN, C. **Ideologia do totalitarismo: as armadilhas do como se fosse**. Recife: Ruptura, 2022.
- KALECKI, M. **Aspectos políticos do pleno emprego**. **Jacobin Brasil**, 2020. Disponível em: <<https://jacobin.com.br/2020/09/aspectos-politicos-do-pleno-emprego/>>. Acesso

em: 29 dez. 2023

LÊNIN, V. I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo: ensaio de divulgação ao público**. Tradução: Paula Vaz De Almeida. São Paulo: Boitempo, 2021.

LOFF, M.; FERRAZ VIEIRA, T. A.; GUERRA, F. **O “novo normal”: securitização, precariedade e (des)integração Europeia em tempos de pandemia**. Lisboa: Página a Página, 2021.

LOPES, G.; LEWGOY, A. **Impactos do mundo do trabalho na supervisão de estágio em Serviço Social**. Argumentum, v. 14, n. 3, p. 92–105, dez. 2022.

LOPES, S.; MACHADO, R. **Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2022**. Oeiras: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, 2023. Disponível em: <<https://www.sef.pt/pt/Documents/RIFA2022%20vF2a.pdf>>.

LUCE, M. **Teoria Marxista da Dependência problemas e categorias. Uma visão histórica**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MACIEL, F. **A formação profissional em Serviço Social por meio do Ensino a Distância: uma análise histórico-crítica a partir da realidade Mineira**. Franca: Universidade Estadual Paulista, 2020.

MARINI, R. M. **Dialética da Dependência**. Petrópolis - RJ: Editora Vozes/CLACSO, 2000.

MARX, K. **O capital - crítica da economia política. Volume I. Livro primeiro. O processo de produção do capital. Tomo 1**. Tradução: Regis Barbosa; Tradução: Flávio Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v. 1

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política. Livro I**. Tradução: Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017. v. Livro

MATTEI, C. **A ordem do capital: como economistas inventaram a austeridade e abriram caminho para o fascismo**. Tradução: Heci Candiani. São Paulo: Boitempo, 2023.

MCAULIFFE, M., James; KHADRIA, B. (EDS.). **World migration report 2020**. Geneva: International Organization for Migration, 2019.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. Tradução: Isa Tavares. 2a edição ampliada ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

NOVAIS, F. A. **Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial (séculos XVI-XVIII)**. 8. ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2018.

OSORIO, J. Padrão de Reprodução do Capital: uma proposta teórica. Em: FERREIRA, C.; LUCE, M. (Eds.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012. p. 41–91.

OSORIO, J. **O Estado no centro da Mundialização**. Tradução: Fernando Prado. 2. ed. rev. e ampl. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

OSORIO, J.; FERREIRA, C.; LUCE, M. (EDS.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

PAULO NETTO, J. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

RODRIGUES, J. **O Neoliberalismo não É Um Slogan: uma história de ideias poderosas**. Lisboa: Tinta-da-China, 2022.

SAAD FILHO, A. Neoliberalismo: Uma análise marxista. **Marx e Marxismo. Publicação do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Marx e Marxismo**, v.3, n. n.4, p. 58–72, 2015.

SMITH, J. Imperialismo no Século XXI. Em: FERNANDES, L. E. (Ed.). **Introdução ao Imperialismo Tardio**. Tradução: Fernando Savella. Recife: Ruptura, 2022.

SMITH, J. C. **Imperialism in the twenty-first century: globalization, super-**

exploitation, and capitalism's final crisis. New York: Monthly Review Press, 2016.

TONELO, I. Uma nova reestruturação produtiva pós-crise de 2008? Em: ANTUNES, R. (Ed.). **Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0.** Mundo do Trabalho. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 139–148.

TOPOROWSKI, J. **Michal Kalecki e a política de pleno emprego.** **Jacobin Brasil**, 23 jun. 2023. Disponível em: <<https://jacobin.com.br/2023/06/michal-kalecki-e-a-politica-de-pleno-emprego/>>. Acesso em: 29 dez. 2023.